



REDE
TEMPO
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

Produzindo livros didáticos de História: prescrições e práticas – notas de uma pesquisa em andamento

Jandson Bernardo Soares^I

Os estudos sobre livro didático, ao longo do século XX e início do século XXI, atestaram o aumento do interesse de agentes sociais – alunos, professores, autores, editores, Estado, imprensa, grupos da sociedade civil organizada – em torno deste tema. Considerando que cada um tem suas próprias concepções do que esse material é ou deveria ser, ele se torna alvo de disputas e consensos, assim como objeto de diversas espacialidades (escolar, editorial, didático editorial, esfera pública geral e especializada).

A presente pesquisa, em andamento, se propôs observar uma pequena fração desse *cosmos* que se relaciona ao livro didático, a saber: como os autores de livros didáticos e o Estado brasileiro mobilizam e disputam o conceito de livro didático. Essa problemática parte da premissa de que existe uma relação dialética entre a linguagem e a elaboração do mundo, apoiando-se em autores, como Michel de Certeau^{II} e Jürgen Habermas^{III}. Pretende-se defender a tese de que não existe um único conceito de livro didático e, por isso, opera-se uma disputa em torno dele. Esse conceito não receberia apenas investimentos linguísticos, mas se desenvolveria a partir de práticas institucionais e sociais, na medida em que o seu uso se alteraria de acordo com a necessidade dos agentes que dele fazem uso em seu processo de disputa. Tal conceito acabaria assim por se configurar em um saber-fazer que envolve estratégias daqueles que dele se apropriam, na medida em que desenvolvem suas práticas.

Analisou-se assim três conjuntos de documentos: o primeiro deles são os produzidos pela Associação Brasileira de Autores Educacionais (ABRALE), instituição da sociedade civil sem fins lucrativos que, desde 1992, congrega as demandas dos autores, representando-os frente as editoras, órgãos governamentais e entidades congêneres. A ABRALE passou a ter uma atuação mais pontual após a publicação do documento Critérios de Avaliação de Livros Didáticos (CALD), em 1994, que definiu, pela primeira vez, o que deveria ser avaliado para que um livro didático pudesse ser adquirido pelo Estado brasileiro. Esse documento se configura como boletins informativos, publicados duas vezes ao ano, cartas abertas e manifestos.

O segundo conjunto de fontes são os Guias do Programa Nacional do livro didático do Ensino Fundamental I e II. Vale ressaltar que, apesar de esse material ser uma ferramenta para a escolha do livro didático pelo professor, ele desempenha outros papéis, como a orientação de práticas (de uso e produção) e formação, tanto dos professores, quanto dos autores, na medida em que aponta o que é e o que poderia ser um livro didático ou como esse poderia ser usado.

Por último, são os manuais do professor e os elementos pré-textuais dos livros didáticos do Ensino Fundamental I e II, referentes ao intervalo temporal proposto, a fim de compreender como esses conceitos foram incorporados ao material didático que chegou à escola e através de quais mecanismos linguísticos. O cruzamento dessas três fontes documentais autorizará observar como o conceito saiu do campo das ideias e se efetivou materialmente.

Essas fontes foram interpretadas à luz da análise de conteúdo que, segundo Laurence Bardin,^{IV} se configuraria como uma técnica de análise das comunicações a qual possibilitaria

PRODUZINDO LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: PRESCRIÇÕES E PRÁTICAS – NOTAS
DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

SOARES, J. B.

desenvolver uma leitura para além do significado aparente, permitindo observar aspectos políticos, históricos, econômicos, psicológicos e sociológicos. Essa leitura se dá a partir de mecanismos de registro, classificação, contagem e inferências mediante o diálogo entre os dados obtidos e a produção especializada na área.

Já foi possível perceber que existem dois momentos-chave nesse processo de disputa e que eles estão vinculados a concepções de governança diferentes, existindo uma distinção entre o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT). O que se observou nesses dois momentos foi a transformação de um Estado marcado por uma racionalidade técnica (em que não existe uma preocupação em manter um diálogo efetivo com a sociedade civil, marcado por episódios autocráticos ou sem retorno às demandas postas pela coletividade) para um Estado em que se aproxima da racionalidade comunicativa, marcada pelo debate público e aumento da audiência dos grupos da sociedade civil, organizada por meio da criação de fóruns e secretarias especiais.^V É nesse sentido que grupos, como a ABRALE, passaram a se situar de maneira mais próxima às cadeias de discussão a respeito do que deveria ser o livro didático, passando a disputá-lo por meio da avaliação e seus critérios.

Também se identificou a paulatina agregação de peças legislativas à avaliação e aos Guias, especialmente após 2003, funcionando como elementos articuladores de consenso^{VI}, na medida em que comporiam as regras pelas quais os agentes sociais deveriam argumentar e agir, denotando, assim, a dimensão processual incorporada pelo Estado brasileiro. Assim, os autores de livros didáticos, assim como o Estado, passaram a partilhar de elementos comunicativos comuns que comporiam parte do campo léxico que orientariam as práticas e argumentações em torno do livro didático.

Pode-se verificar também que existem usos diferentes para cada um desses agentes sociais apresentados. Enquanto, para os autores, o livro didático funciona como elemento de ancoragem de uma identidade social e institucional, para o Estado, ele é um objeto que colabora para a intervenção na realidade escolar, orientando práticas e instituindo uma cultura baseada na ideia de livro didático como responsabilidade de toda a comunidade escolar.

Notas

^I Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH - UFRN). Membro do grupo de pesquisa Espaço, Poder e Práticas Sociais. E-mail: jandson@edu.ufrn.br. Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira (UFRN).

^{II} CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 1.

^{III} HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1-2.

^{IV} BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977. p.41-42

^V AVELINO, Daniel; ALENCAR, Joana. **Articulação e transversalidade**: percursos da participação social no governo federal brasileiro. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8103/1/BAP_I_n12_Articula%20a7%20a3o.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021; BARBOSA. Sheila Cristina Tolentino; POMPEU. João Cláudio. Trajetória recente da Organização do governo Federal. **Boletim de Análise Político-institucional**; n. 12; jul-dez. 2017

^{VI} O conceito de consenso aqui é tomado a partir de Habermas (1997) e representa a articulação linguística entre os indivíduos que, para a resolução de problemas, tomam o melhor argumento do debate como orientador das ações, não significando assim que todos terão os mesmos pontos de vista, mas que aceitam a racionalidade comunicativa como princípio, gerando assim uma solidariedade orgânica. HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1. p. 60-61

PRODUZINDO LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: PRESCRIÇÕES E PRÁTICAS – NOTAS
DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

SOARES, J. B.

Referências bibliográficas

AVELINO, Daniel; ALENCAR, Joana. **Articulação e transversalidade**: percursos da participação social no governo federal brasileiro. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8103/1/BAPI_n12_Articula%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021

BARBOSA, Sheila Cristina Tolentino; POMPEU, João Cláudio. Trajetória recente da Organização do governo Federal. **Boletim de Análise Político-institucional**; n. 12; Jul-dez. 2017

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 1.

FREITAS, Itamar. Livro Didático. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Oliveira (Org.) **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV. Editora, 2019. p. 143-148.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. Livros Didáticos de História: consolidação e renovação de um objeto de pesquisa. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs). **Ensino de História e duas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Editora Oikos. 2021. p. 225-244.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1-2.